



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA

CONTRATO Nº 02/2019

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA / SE, E A EMPRESA JAILSON TRINDADE OLIVEIRA, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATADA, NA FORMA ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA, ESTADO DE SERGIPE, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 13.003.462/0001-04, localizada na PRAÇA DA BANDEIRA, N. 363, Bairro Centro, Divina Pastora / SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Senhor PAULO JOSE ANDRADE DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara, CPF N.º 961.526.305-25, RG N.º 3.021.213-8 SSP/SE, residente na Av. Carlos Vieira de Melo, N. 28, Bairro Centro, Divina Pastora / SE, e do outro lado a **Empresa JAILSON TRINDADE OLIVEIRA**, CNPJ N.º **32.720.872/0001-10**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com escritório na Rua do Comércio, N. 86, Bairro Centro, Itabi - SE, representado pelo Senhor JAILSON TRINDADE OLIVEIRA, inscrito no CRC sob nº 1.565 / SE, portador da cédula de identidade nº 139.599, CPF nº 055.025.195-20, tem justo e acordado entre si, o presente Contrato Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Técnica especializada nas áreas Contabilidade Público, Licitações e Contratos Administrativos, sujeitando-se as normas preconizadas pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO LOCAL E DATA: Lavrado e assinado na sede da Câmara Municipal de Divina Pastora – SE, aos 02 de janeiro de 2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO

1.1 - O presente Contrato foi elaborado por Inexigibilidade de Licitação de acordo com o Art. 25, Inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e Resoluções do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados por da Empresa Contratada, conforme segue abaixo:

2.1.1 – Execução de serviços contábeis, assim como assessoria e consultoria relacionadas à Contabilidade Pública (Lei Federal N. 4.320/64 e normas complementares);

2.2 – Assessoria e consultoria relacionadas:

2.2.1 – Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal N. 101/2000);

2.2.2 – Resoluções;

2.3 – Assessoria técnica para elaboração de minutas de Projetos de Lei, Decretos, Portarias, Contratos, etc, desde que relacionados a quaisquer dos assuntos tratados nos itens anteriores.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 - Em contraposta aos Serviços Prestados neste contrato, obriga-se a Câmara Municipal a pagar a Empresa Contratada, à importância global de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), cujo pagamento será efetuado mensalmente no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Parágrafo Primeiro – Além do valor acima, a Empresa Contratada, fará jus a 02 (dois honorários) mensais quando na elaboração da Prestação de Contas Geral e 01 (um) honorário mensal nos demais, pela prestação de cada um dos seguintes e adicionais serviços:

- a) Elaboração da Prestação de Contas Geral da Câmara;
- b) Elaboração do Projeto de Lei Orçamentária.

Parágrafo Segundo – O valor constante nesta cláusula poderá ser reajustado, após o prazo constante na cláusula terceira, mediante acordo formal entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1 - O presente Contrato terá prazo de vigência a partir de 02 de janeiro de 2019 e termino previsto para 31 de dezembro de 2019, e/ou a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo Único - O prazo contratual acima mencionado poderá ser, excepcionalmente, prorrogado na ocorrência das hipóteses previstas nos incisos do art. 57, §1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - Às despesas previstas nas cláusulas deste contrato correrá por conta da seguinte dotação, constante no Orçamento para o corrente exercício financeiro a Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 33.90.35.02.00 – Serviços de Consultoria – Pessoa Jurídica, com a seguinte Fonte de Recurso: Recursos do Tesouro Ordinário.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CÂMARA

- 6.1 – Acompanhar a Geração das informações para o Tribunal de Contas do Estado e seu encaminhamento ao referido órgão;
- 6.2 – Colocar a disposição da Empresa Contratada, até o dia dez do mês subsequente, todos os elementos necessários ao bom desempenho dos serviços ora contratados, devendo toda e qualquer documentação ser entregue mediante termo de entrega, com as respectivas discriminações;
- 6.3 – A Câmara não se responsabiliza pelos encargos com pessoal utilizado pela Empresa Contratada, no desempenho de suas atividades;
- 6.4 - Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviços, bem como atestar nas notas fiscais e faturas, o efetivo fornecimento, por meio de representante especialmente designado, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93;
- 6.5 - Efetuar o pagamento na forma convencionada na Cláusula do presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades previstas;
- 6.6 - Aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 6.7 - Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, encarregado do serviço objeto deste Contrato, livre acesso para a execução dos serviços;
- 6.8 – Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.
- 6.9 - Notificar a CONTRATADA, imediatamente, sobre as faltas e defeitos observados na execução do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 – Comparecer a Câmara, quando necessário, a fim de orientar in loco os serviços decorrentes do presente Contrato;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTE

11.1 - Serão sempre observadas as instruções governamentais para o caso de reajustamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS ADITAMENTOS

12.1 - Toda e qualquer modificação dos termos do presente ajuste será formalizada através de termo aditivo, após prévia manifestação entre as partes e em conformidade com o disposto com a Lei de Contratos e Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO E DOS ANEXOS

13.1 - Este Contrato deverá ser publicado no Mural desta Câmara Municipal em local de costume, após a data de sua assinatura, para conhecimento dos demais;


13.2 - Integra o presente contrato todas as peças que formam o procedimento, a proposta apresentada pela contratada, bem como eventuais correspondências trocadas entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Aracaju, Estado de Sergipe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas surgidas na execução do presente contrato.

E, por se acharem justos e Contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinado, para que produza os efeitos legais.

Divina Pastora (SE), 02 de janeiro de 2019.



JAILSON TRINDADE OLIVEIRA
Contador CRC N.º 1.565 / SE
CPF 055.025.195-20



PAULO JOSÉ ANDRADE DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara



Wilton Lemes Neto
Testemunha



Jofa Souza Santos de Oliveira
Testemunha

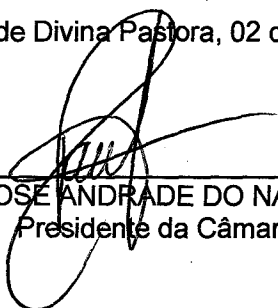


ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE DIVINA PASTORA

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO
CONTRATO Nº 02/2019

A Câmara Municipal de Divina Pastora, Estado de Sergipe, Pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ Nº 13.003.462/0001-04, localizada na Praça da Bandeira nº 363, Bairro Centro, Divina Pastora / SE, doravante denominada CONTRATANTE, representado neste ato pelo Senhor PAULO JOSE ANDRADE DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara, torna a público para conhecimento dos demais que firmou Contrato com a Empresa JAILSON TRINDADE OLIVEIRA, inscrita no CNPJ N.º 32.720.872/0001-10, para a Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Técnica especializada nas áreas Contabilidade Público, Licitações e Contratos Administrativo, a partir de 02 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, no valor global de R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), cujo pagamento será efetuado mensalmente no valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), ocorrendo às despesas por conta da Unidade Orçamentária: Câmara Municipal, Elemento de Despesa: 33.90.35.02.00 – Serviços de Consultoria – Pessoa Jurídica, Fonte de Recurso: Recursos do Tesouro Ordinário, existindo no Orçamento vigente para o exercício vigente, cujo pagamento será efetuado mensalmente, após autorização do ordenador da despesa, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Câmara Municipal de Divina Pastora, 02 de janeiro de 2019.



PAULO JOSÉ ANDRADE DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara

CERTIDÃO

Certifico que este Edital acima foi afixado no Quadro de Aviso desta Câmara Municipal, para conhecimento geral, de acordo com o art. 13, inciso XII, Constituição Estadual.

Divina Pastora, 02 de janeiro de 2019.



VERIJANIO JOSÉ MENEZES
Controle Interno